

Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2009 (Complementar)

Autoria: Senador Valter Pereira (MDB/MS)

Iniciativa:

Ementa:

Altera a redação do art. 23 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e do art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para dispor sobre o poder normativo do Tribunal Superior Eleitoral.

Assunto: Administração Pública - Organização Administrativa

Data de Leitura: 18/12/2009

Tramitação encerrada

Decisão: Rejeitada por Comissão em decisão

Último local: -

Destino: Ao arquivo

Último estado: 15/12/2010 - ARQUIVADA

Despacho:

18/12/2009 (despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Marco Maciel (encerrado em 08/12/2010 - Substituído por "ad hoc")

Senador Jayme Campos (Relator Ad hoc) (encerrado em 08/12/2010 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

23/12/2010 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Ação: ARQUIVADO.

15/12/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: ARQUIVADA

Ação: A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo da matéria.
À Secretaria de Arquivo.
(Anexada a fl.24)

Publicado no DSF Páginas 58847

15/12/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para interposição de recurso.

10/12/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 13/12/2010 a 14/12/2010.

Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2009 (Complementar)

TRAMITAÇÃO

10/12/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Prazo para interposição de recurso: 13/12/2010 a 14/12/2010.

10/12/2010 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Leitura do Parecer nº 1.687, de 2010-CCJ, relator "ad hoc" Senador Jayme Campos, pela rejeição da matéria. De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação. À SCLSF.
(Anexado ao processado a fl. nº 23)

Publicado no DSF Páginas 58233-58241

Publicado no DSF Páginas 58323

10/12/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Juntada, às fls. 20/22, cópia da legislação citada no Parecer.

Aguardando leitura do Parecer da CCJ.

09/12/2010 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste Órgão, às 18h55.

08/12/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, para prosseguimento da tramitação.

08/12/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 53ª Reunião Ordinária, convocada para os dias 8 e 9/12/2010, a Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Jayme Campos, em substituição ao Senador Marco Maciel.

A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCJ, contrário ao Projeto (em 08/12/2010).

22/11/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

18/11/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador Marco Maciel, com voto contrário ao Projeto. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2009 (Complementar)

TRAMITAÇÃO

11/02/2010 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Marco Maciel, para emitir relatório.

18/12/2009 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão.

Matéria aguardando distribuição.

18/12/2009 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: (continuação da Sessão Deliberativa Ordinária iniciada em 17/12/2009)
Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 73367-73372

18/12/2009 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 13 (treze) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PLS 582/2009

Data: 18/12/2009

Autor: Senador Valter Pereira (MDB/MS)

Local: null

Descrição/Ementa: Altera a redação do art. 23 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e do art. 105 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para dispor sobre o poder normativo do Tribunal Superior Eleitoral.

Legislação citada

Data: 18/12/2009

Autor: -

Local: null

Avulso inicial da matéria

Data: 18/12/2009

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: (continuação da Sessão Deliberativa Ordinária iniciada em 17/12/2009)
Leitura.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relatório Legislativo

Projeto de Lei do Senado nº 582, de 2009 (Complementar)

DOCUMENTOS

Data: 18/11/2010

Autor: Senador Marco Maciel (DEM/PE)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido o relatório do Senador Marco Maciel, com voto contrário ao Projeto.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Parecer

Data: 08/12/2010

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 53ª Reunião Ordinária, convocada para os dias 8 e 9/12/2010, a Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Jayme Campos, em substituição ao Senador Marco Maciel.

A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCJ, contrário ao Projeto (em 08/12/2010).

P.S 1687/2010

Data: 10/12/2010

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura do Parecer nº 1.687, de 2010-CCJ, relator "ad hoc" Senador Jayme Campos, pela rejeição da matéria. De acordo com o disposto no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que a matéria continue sua tramitação. À SCLSF.
(Anexado ao processado a fl. nº 23)